

## **O (neo)colonialismo francês: a dependência da colónia e o domínio da metrópole**

Por Ana Saldanha

### **Preâmbulo**

Depois de 500 anos de colonização europeia nos cinco continentes, a colonização persiste no século XXI ora sob a forma colonial ora sob a forma neocolonial. Nesta comunicação referir-nos-emos, todavia, não ao neocolonialismo moderno – política imperialista que pretende salvar o colonialismo da sua liquidação -, nascido após a independência das colónias antes sob o domínio político europeu (hoje sob o domínio económico das antigas metrópoles ou de outras potências mundiais), mas sim ao colonialismo político e económico de territórios que continuaram sob a dependência directa da metrópole, segundo a lógica de submissão imperialista na qual a «subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos»<sup>1</sup>. Na Europa, esta é uma realidade, por vezes, esquecida. Assim, territórios que se situam no continente asiático, africano e americano ora fazem parte da União Europeia (Regiões Ultraperiféricas europeias - RUP) ora têm um estatuto especial no seu seio (Países e Territórios Ultramarinos - PTOM)<sup>2</sup>.

### **1. O colonialismo do século XX e XXI: uma consequência da empresa marítima colonial seiscentista e setecentista europeia**

Fruto da vasta empresa marítima dos séculos XVI e XVII, holandeses, ingleses e franceses impuseram-se rapidamente como três das cinco potências marítimas no mundo, ora combatendo portugueses e espanhóis nos territórios por estes achados ou colonizados, ora instalando-se em territórios por estes desprezados ou em novos territórios. A política colonial de então diferenciava-se, contudo, da política colonial imperial de fins do século XIX, uma vez que a dominação ainda não era exercida pelas «associações monopolistas dos grandes

---

<sup>1</sup> V.I. LENINE, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* [1917], «A Partilha do mundo entre as grandes potências» (cap. VI), Obras Escolhidas em seis tomos, t.II, Lisboa, Avante! [ed. Progresso, Moscovo, 1984]. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenine/1916/imperialismo>

<sup>2</sup> Esta questão será desenvolvida no §2 deste trabalho.

patrões»<sup>3</sup>. Porém, é a partir da colonização seiscentista e setecentista (primeira fase da colonização europeia) que se inicia a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas, as quais, mais tarde, serão reunidas nas mãos dos monopólios, iniciadores da política colonial do capital financeiro.

No início da segunda fase de colonização do Reino Unido<sup>4</sup> (inicia-se quando, em 1875, o governo britânico compra ao Egipto a parte que este detinha no Canal do Suez, sete anos antes de o ocupar militarmente) e da França (a partir de 1830)<sup>5</sup>, o capitalismo encontrava-se no «grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência»<sup>6</sup>. O seu desenvolvimento e a conseqüente fusão do capital industrial com o capital bancário acompanhariam, deste modo, inevitavelmente, a evolução desta segunda fase do sistema colonialista. Quando o capitalismo se torna imperialismo, no fim do século XIX e no início do século XX - com a concentração da produção e do capital e a formação dos monopólios -, a colonização europeia acentua-se em África e na Ásia: «o enorme “ascenso” de conquistas coloniais (...) exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo»<sup>7</sup>. O aparecimento do capital financeiro e a exportação de capital (capitalismo moderno ou imperialismo) é, assim, concomitante com a acentuação da política colonial e com o aumento da intensidade da luta pelas colónias: «os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha directa do mundo»<sup>8</sup>. A política colonial havia, deste modo, logrado conquistar «todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta»<sup>9</sup>.

---

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Consultar V.I. LENINE, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, «A Exportação de capital» (cap. IV), *op. cit.* Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenine/1916/imperialismo>: esta segunda fase do colonialismo inglês encontra-se intimamente ligada com a implantação do imperialismo e com o aumento de lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro (sobretudo para os países atrasados) - «a gigantesca exportação de capitais encontra-se, no caso da Inglaterra, estreitamente relacionada com as colónias».

<sup>5</sup> Em *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* («A Partilha do mundo entre as grandes potências» (cap. VI)), Lenine refere, igualmente, que os países capitalistas velhos, entre 1876 e 1914, progrediram menos – em termos de possessões coloniais - do que os jovens países capitalistas (então a América, a Alemanha e o Japão). Ao lado das possessões coloniais das grandes potências colocava, igualmente, as colónias dos Estados pequenos (como Portugal), os quais conservavam as suas colónias apenas «graças ao fato de existirem interesses opostos, fricções, etc., entre as grandes potências».

<sup>6</sup> V.I. LENINE, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, «Prefácio às edições francesa e alemã», *op. cit.* Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenine/1916/imperialismo>

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem, «Exportação de capital» (cap. IV).

<sup>9</sup> Ibidem, «A Partilha do mundo entre as grandes potências» (cap. VI).

Após a descolonização da África ocidental e da Ásia, realizada entre 1954 (Acordos de Genebra) e 1962 (Acordos de Evian), a França (como a Inglaterra<sup>10</sup> e a Holanda) logrou manter uma parte do seu império<sup>11</sup>. Hoje em dia definidas como *departamentos e territórios ultramarinos* (DOM-TOM<sup>12</sup>), as colónias francesas incluem ilhas e arquipélagos no Oceano Atlântico<sup>13</sup>, no Oceano Índico<sup>14</sup>, no Pacífico Sul<sup>15</sup> e no continente antártico<sup>16</sup> e um território continental na América do Sul<sup>17</sup>. Graças aos territórios coloniais, a França possui a segunda zona económica exclusiva (ZEE<sup>18</sup>) do mundo. Segundo a Convenção das Nações Unidas de 1982 (artigo 57) sobre o direito marítimo nas ZEE, o Estado costeiro possui:

a) des droits souverains aux fins d'exploration et d'exploitation, de conservation et de gestion des ressources naturelles, biologiques ou non biologiques, des eaux surjacentes aux fonds marins, des fonds marins et de leur sous-sol, ainsi qu'en ce qui concerne d'autres activités tendant à l'exploration et à l'exploitation de la zone à des fins économiques, telles que la production d'énergie à partir de l'eau, des courants et des vents<sup>19</sup>.

Podemos, desta forma, transpor para a actualidade a análise de Lénine sobre a necessidade das colónias e dos países semi-dependentes para o desenvolvimento do imperialismo e consequente concentração da produção e do capital:

---

<sup>10</sup> Também o Reino Unido conserva, actualmente, as colónias de Montserrat, das ilhas Caimão, das ilhas Virgens britânicas, das ilhas Turcas e Caicos (em inglês: *Turks and Caicos Islands*) –nas Antilhas –, das Bermudas – *Este da Flórida* –, de Gibraltar – no *sul de Espanha* –, das ilhas Falkland – *América do Sul* –, do arquipélago de Chagos – no *Oceano Índico* –, das ilhas Pitcairn – no *Pacífico sul* –, e das ilhas Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha – no *Atlântico sul*. Mantém, igualmente, regidos por um estatuto especial, Akrotiri et Dhekelia – *enclaves no Chipre* que servem, apenas, objectivos militares –, Géorgia do sul e as ilhas Sandwich do sul – dependência das *ilhas Malouinas* e reivindicadas pela Argentina – e o território britânico do Antártico – regido pelo Tratado do *Antártico* –, reivindicado pela Argentina e pelo Chile.

<sup>11</sup> Entre 1975 e 1980, três colónias obtêm, porém, a independência, terminando definitivamente com o império colonial francês em África: as ilhas Comores (à excepção de Mayotte), as ilhas Afars e Issas e as ilhas Nouvelles Hébrides.

<sup>12</sup> Em francês: **Départements d'Outre Mer - Territoires d'Outre Mer.**

<sup>13</sup> *São Pedro e Miquelão, Guadalupe, Martinica, São Bartolomeu e São Martinho* - apenas a parte norte desta ilha se encontra sob a autoridade francesa. A parte sul forma, desde o dia 10 de Outubro de 2010, um Estado do Reino dos Países Baixos. A federação das Antilhas holandesas – a que pertencia o sul de São Martinho (era um dos cinco estados que a compunham) – foi dissolvida nessa data.

<sup>14</sup> *Mayotte, Reunião, ilhas Dispersas, ilhas de Amsterdão, de Saint-Paul, de Crozet e de Kerguelen.*

<sup>15</sup> *Polinésia francesa, Nova Caledónia, ilhas de Clipperton e de Wallis e Fortuna.*

<sup>16</sup> *Terra de Adélie.*

<sup>17</sup> *Guiana Francesa.*

<sup>18</sup> A Convenção das Nações Unidas sobre o direito marítimo foi assinada em 1982, definindo que uma zona económica exclusiva não se pode estender para além dos 370 km (200 milhas) das linhas de base costeiras (a partir das quais é medida a extensão do mar territorial).

<sup>19</sup> Convenção das Nações Unidas. Consultada em <http://www.un.org/french/law/los/unclos/part5.htm>

A época do capitalismo contemporâneo [até 1916, data da publicação da obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*] mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha económica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colónias, na “luta pelo território económico”<sup>20</sup>.

Neste estudo pretendemos debruçar-nos, sobretudo, sobre a questão colonial francesa, nomeadamente no que diz respeito aos territórios das Caraíbas e sul americano da Guiana, da Martinica e da Guadalupe. Deixaremos, contudo, de parte a Reunião (Oceano Índico), uma vez que, por um lado, o território se encontra geograficamente distante daqueles e, por outro, se encontrava inabitado antes de os franceses aí se instalarem. Esta especificidade da Reunião distancia-nos, deste modo, do território guiano-antilhês, ambos ocupados por populações ameríndias aquando da ocupação e colonização francesas.

## 2. O estatuto das colónias antilhesas e guianesa nos séculos XX-XXI

O território francês divide-se em regiões, departamentos e comunas. Após um longo percurso político, a **lei de 19 de Março de 1946** transforma as colónias da **Guiana**, da **Guadalupe**, da **Martinica** e da **Reunião** em departamentos franceses ultramarinos (**DOM**). O objectivo consistia em terminar com a denominação e imagem colonial e, assim, integrar de pleno direito as colónias na metrópole. Após o período pós-esclavagista (1849-1946), os habitantes assumiriam, deste modo, as qualidades de cidadãos franceses, sendo regidos pelo mesmo quadro jurídico que os cidadãos da metrópole. Tentava-se, assim, apagar os traços do domínio colonial, colocando num plano secundário a dominação a que haviam sido sujeitos os povos ameríndios e os escravos<sup>21</sup>, salientando-se, ao invés, as vantagens da igualdade jurídica de todos os guianeses e antilheses *vis à vis* dos franceses metropolitanos. Procedia-se, deste modo, a uma transformação social da Memória, inferiorizando, através de uma política cultural de assimilação, a história da escravatura assim como a violenta história penitenciária francesa (Guiana). Paralelamente, pretendia-se mostrar que o destino guianês, antilhês e reunionês passava, a partir de 1946, a estar intimamente ligado com o destino da França.

---

<sup>20</sup> V.I. LENINE, «O Imperialismo fase superior do capitalismo», *op. cit.*

<sup>21</sup> Sem esquecer, igualmente, os *bagnards*, prisioneiros políticos e outros obrigados a trabalhos forçados nas violentas prisões da Guiana Francesa (e, também, da Nova-Caledónia).

Actualmente (desde a assinatura do Tratado de Roma, em 1957), a Guadalupe, a Guiana, a Martinica e a Reunião constituem as RUP<sup>22</sup> - Regiões Ultraperiféricas europeias: «As RUP caracterizam-se por uma fraca densidade populacional e por uma grande distância em relação ao continente europeu. Devido à sua situação especial constituem pontas de lança da Europa para o desenvolvimento de relações comerciais com os países terceiros vizinhos geralmente menos desenvolvidos»<sup>23</sup>. Ora, é precisamente graças ao conjunto das regiões ultraperiféricas que a União Europeia dispõe do primeiro território marítimo mundial, com 25 milhões de km<sup>2</sup> de zona exclusiva económica (ZEE). O interesse da Guadalupe, da Guiana, da Martinica e da Reunião estende-se, deste modo, para além dos interesses franceses, servindo os interesses geo-estratégicos das potências europeias.

Por outro lado, outras colónias e territórios ultramarinos britânicos<sup>24</sup>, franceses<sup>25</sup>, holandeses<sup>26</sup> e dinamarqueses<sup>27</sup> formam os *países e territórios ultramarinos* (PTOM)<sup>28</sup>. Ao contrário das RUP, os PTOM são, apenas, membros associados da União Europeia, não fazendo parte do Espaço Schengen (apesar de dependerem de países que daqueles fazem parte). Apesar de não serem membros de pleno direito da União Europeia, como as RUP, as PTOM, pela sua localização geográfica e dilatação planetária, representam quer um interesse geo-estratégico quer um interesse militar. A sua permanência no seio da União Europeia (e, portanto, a continuação da sua dominação colonial pelas grandes potências) revela-se, assim, crucial.

Relativamente às RUP, o direito comunitário aplica-se nestas da mesma forma que se aplica nas metrópoles de que dependem. Em 2002, a moeda única europeia aplicou-se, deste modo, às RUP (e não às PTOM), a qual, juntamente com os problemas estruturais ligados à dependência económica e política em relação à metrópole, provocou uma queda do poder de compra e desequilibrou economias já fragilizadas. Neste contexto, o constante aumento do desemprego nos anos que precederam a actual crise estrutural do capitalismo foi particularmente sentido nas colónias ultramarinas. Segundo os dados da Eurostat de Fevereiro

---

<sup>22</sup> Fazem, igualmente, parte das RUP as Canárias (Espanha), os Açores e a Madeira (Portugal).

<sup>23</sup> Glossário da União Europeia, in [http://europa.eu/scadplus/glossary/outermost\\_regions\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/outermost_regions_pt.htm)

<sup>24</sup> *Bermudas, ilhas Caimãs, Geórgia do sul e ilhas Sandwich do sul, ilhas Malouinas, Montserrat, ilhas Pitcairn, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, território britânico antártico, território britânico do Oceano Índico (arquipélago Chagos – 55 ilhas), ilhas Turcas e Caicos e ilhas Virgens britânicas*

<sup>25</sup> *Mayotte, Nova Caledónia, Polinésia francesa, São Pedro e Miquelão, terras austrais e antárticas francesas e Wallis e Fortuna.*

<sup>26</sup> *Aruba e Antilhas holandesas (Bonaire, Curaçao, Saba, Santo Eustáquio, São Martinho), as quais se encontram em vias de dissolução desde 2007.*

<sup>27</sup> *Gronelândia.*

<sup>28</sup> Consultar <http://gandalf.aksis.uib.no/~brit/EU-CONST-FR-cc/ArticlesIII-286III-291.html#Topic192>

de 2009, foram os quatro territórios franceses ultramarinos que atingiram a mais alta taxa de desemprego de toda a Europa, em 2007: 25.2% na Reunião, 25% na Guadalupe, 22% na Martinica, 21% na Guiana<sup>29</sup>.

### **3. O quadro jurídico dos DOM e o direito das nações à autodeterminação**

A luta contra o encarecimento da vida nas Antilhas francesas e na Guiana, no início de 2009, colocou na ordem do dia o estatuto jurídico destas colónias. A questão da independência ou, numa escala menor, da autonomia das quatro colónias francesas não é, contudo, unânime no seio das populações antilhasas ou guianesas. Hoje em dia, no quadro legal francês, duas opções jurídicas são possíveis: a continuação da jurisdição francesa sob o artigo 73 da Constituição ou a modificação dessa jurisdição no quadro do artigo 74.

Juridicamente, os *assimilacionistas* defendem uma continuidade jurídica no quadro do artigo 73 da Constituição francesa, o qual define o regime jurídico da *assimilação legislativa*. Outros, porém, defendem uma evolução estatutária com base no artigo 74 da Constituição (à imagem de São Martinho e de São Bartolomeu), o qual permitiria o acesso a uma certa autonomia política, no quadro colonial francês. Apesar disso, tal não invalidaria a continuação da dominação francesa nos três territórios, pelo que a justiça, a polícia, a defesa, a moeda, continuariam a depender da metrópole e, conseqüentemente, da União Europeia. A possibilidade de evolução estatutária foi, no entanto, rejeitada a 10 de Janeiro de 2010, em referendo, na Martinica e na Guiana<sup>30</sup> (apenas 48.7 % dos eleitores guianeses e 55.35 % dos eleitores martiniqueses foram às urnas). Ora, o facto de pouco mais de 50% dos eleitores terem ido às urnas assim como o facto de aqueles que votaram terem, maioritariamente, rejeitado uma maior autonomia revela quer a inexistência de uma verdadeira proposta de autonomia que permita uma maior igualdade social e um efectivo progresso económico e social das colónias quer diferenças ideológicas que se patenteiam no seio destas sociedades. Neste sentido, um projecto autónomo ou independentista necessita de estar em estreito contacto com as camadas trabalhadoras e ao serviço de um projecto de sociedade mais justo, de forma a não constituir um mero projecto reformista mas um verdadeiro projecto de emancipação social, económico e político.

---

<sup>29</sup> A taxa de desemprego nestes territórios foi bastante superior àquela que se verificou nos enclaves espanhóis de Ceuta (20.3%) e de Malilla (18.2%).

<sup>30</sup> Este referendo não se realizou na Guadalupe.

Assim, apesar de a *autodeterminação das nações* ser, do ponto de vista histórico-económico, a simples «autodeterminação política, a independência estatal, a formação do Estado nacional»<sup>31</sup> e de que o desenvolvimento do capitalismo não «desperta[r] obrigatoriamente todas as nações para a vida independente»<sup>32</sup>, uma vez surgidos os movimentos nacionais de massas «ignorá-los, recusar-se a apoiar o que neles existe de progressivo significa de facto ceder aos preconceitos nacionalistas, nomeadamente reconhecer a “sua” nação como “nação exemplar”»<sup>33</sup>. Neste sentido, se o programa do marxismo é a plena igualdade de direitos das nações, o seu direito à autodeterminação e a fusão dos operários de todas as nações, caso a burguesia oprimida reclame a autodeterminação, esta luta deverá ser, ainda que parcialmente, apoiada pelo proletariado: «em todo o nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e é exactamente este conteúdo que nós apoiamos incondicionalmente, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional»<sup>34</sup>.

#### **4. Economia antilho-guianesa: o desenvolvimento do imperialismo e a dependência crescente das colónias em relação à metrópole**

##### **a. A Guiana Francesa**

A Guiana Francesa é a única colónia francesa continental, sendo constituída por um território de 90.000 Km<sup>2</sup> (superfície equivalente à de Portugal), na sua maioria coberto pela Floresta equatorial. A maioria da população (aproximadamente 200.000 habitantes) concentra-se na capital, Cayenne, e no litoral, e os territórios do interior são praticamente inabitados. A maioria da população tem menos de 25 anos<sup>35</sup>, sendo o território francês com maior taxa de natalidade. Apesar disso, o desemprego - que atinge, segundo os dados oficiais, 21 % da população - afecta, sobretudo, as camadas mais jovens.

Economicamente, a Guiana mantém-se, na esteira dos interesses do capital financeiro, dependente da metrópole e da União Europeia. Assim, o déficit da balança comercial é

---

<sup>31</sup> V.I. LENINE, *Sobre o direito das nações à autodeterminação* [1914], «Que é a autodeterminação das nações» (cap. 1), Obras Escolhidas em três tomos, Lisboa, Avante!, 1977 [ed. Progresso, Moscovo]. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/index.htm>

<sup>32</sup> *Ibidem*, «O Utópico Karl Marx e a prática Rosa Luxemburg» (cap. 8).

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> *Ibidem*. Segundo Lénine, nenhum povo que oprime outros povos pode ser livre.

<sup>35</sup> Segundo os dados do INSEE, estima-se que, em 2015, 42% da população tenha menos de 20 anos, 49% tenha entre 20 e 59 anos e, apenas, 8% tenha mais de 60 anos.

extremamente elevado. O total de importações nos dois primeiros trimestres de 2010<sup>36</sup> foi de 510 milhões de euros enquanto, para o mesmo período, o total de exportações foi de, apenas, 80 milhões de euros<sup>37</sup>. Os principais produtos exportados são reexportações de materiais e equipamentos importados para o sector espacial. Com efeito, a economia guianesa repousa, sobretudo, na actividade do Centro Espacial Guianês (que representa, aproximadamente, 30% do PIB guianês e gere 1/3 dos trabalhadores guianesas (trabalho directo, indirecto e induzido)). Neste sentido, paralelamente aos interesses geo-estratégicos e militares da Guiana (designadamente em relação à sua posição estratégica na América do Sul), o Centro Espacial Guianês tem um interesse fundamental para a França e para a União Europeia. Criado em 1964, a decisão de o implantar na Guiana teve a ver com o facto de esta se encontrar numa posição geográfica favorável (proximidade da linha equatorial) e de ser meteorologicamente estável (não há, por exemplo, tufões, como nas Caraíbas). O rápido desenvolvimento do Centro Espacial permitiu à França e à Europa atingir uma autonomia em matéria espacial. Assim, a sociedade anónima Arianespace (capital 41,2 milhões de euros) – monopólio que assegura a exploração comercial do foguetão Ariane – detém, actualmente, 60% do mercado mundial do lançamento de satélites. Criada em 1980 pelo Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) – estabelecimento público francês de carácter industrial e comercial criado em 1960 por 43 industriais europeus e 12 bancos -, a Arianespace foi a primeira sociedade comercial de transporte espacial.

Outra fonte de receitas importante na Guiana é constituída pelo ouro. Porém, apesar de o sector aurífero beneficiar de um curso de ouro constantemente em alta (28.2% anuais), as quantidades de ouro exportadas continuam, oficialmente, a baixar desde 2006 (em relação ao primeiro trimestre de 2010, o segundo trimestre registou uma baixa de 27.7% do volume de ouro), fruto de uma exploração aurífera clandestina e selvagem na Floresta.

---

<sup>36</sup> Em 2008 as importações atingiram o valor de 1.055 milhões de euros e em 2009 de 944,8 milhões de euros. Para os mesmos períodos, as exportações foram, respectivamente, de 100,3 milhões de euros e 119.6 milhões de euros. Consultar: <http://www.insee.fr>

<sup>37</sup> Na França metropolitana, as importações correspondem a 476 mil milhões de euros enquanto as exportações correspondem a 439 mil milhões de euros. Nos dois primeiros trimestres de 2010, a Guiana exportou 71,4 milhões de euros de materiais e equipamentos e de produtos da indústria automóvel, 2,6 milhões de euros de produtos intermédios, 6,1 milhões de euros de produtos das indústrias agro-alimentares, enquanto apenas 200 mil e 300 mil de euros são exportações, respectivamente, ora de bens de consumo ora de produtos agrícolas, pesqueiros e silvícolas (principais produtos exportados: ouro, madeira, arroz e camarões). Paralelamente, a Guiana importou, no mesmo período, 148,3 milhões de euros de materiais e equipamentos e de produtos da indústria automóvel, 84,5 milhões de euros de produtos das indústrias agro-alimentares, 65 milhões de euros de bens de consumo, 111,7 milhões de euros de bens intermédios e 5,1 milhões de euros de produtos agrícolas, pesqueiros e silvícolas



Ora, enquanto o monopólio do sector espacial se desenvolve e a Floresta é devastada pela extracção de ouro clandestina, subsistem graves carências na agricultura. Assim, apesar de mais de 80% das terras pertencerem, hoje em dia, ao Estado (fazendo parte do seu domínio privado), o incremento de uma agricultura sustentável não está na ordem do dia dos objectivos franceses. Como consequência, enquanto, entre 2000 e 2008, na indústria e na energia (3.304 trabalhadores em 2008), na construção (3.713 trabalhadores em 2008), nos negócios (4.394 trabalhadores em 2008), no comércio (6.480 trabalhadores em 2008), o número de trabalhadores se encontra em aumento ou relativamente estável, na agricultura e nas pescas este número não cessa de decrescer (apenas 339 trabalhadores em 2008!). O desinvestimento colonial afecta, igualmente, as redes de estrada e de transportes. Apenas existe, por conseguinte, uma única estrada, a qual liga todo o litoral, de Saint Georges de l'Oyapock (fronteira com o Brasil) a Saint Laurent du Maroni (fronteira com o Suriname), passando por Cayenne. As comunas do interior apenas são servidas por transportes marítimos (pirogas) ou, em raros casos, aéreos (avião).

O precário desenvolvimento agro-industrial regional e o desemprego consequente têm um impacto negativo na qualidade de vida da maioria da população guianesa<sup>38</sup>. Os preços na Guiana são, por conseguinte, 13% superiores aos preços na metrópole. Neste sentido, tendo em conta o consumo médio das famílias em relação a um conjunto de produtos similares, uma família guianesa paga mais 19.6% do que uma família metropolitana, uma família martiniquesa mais 16.9% e uma família da Guadalupe mais 14.8%. O custo dos produtos alimentares – que representam, depois dos serviços, o segundo grupo de despesas das famílias guianesas – é superior em 49% ao seu custo na metrópole.

## **b. A Guadalupe**

Ao contrário da Guiana, a Guadalupe (aproximadamente 405.000 habitantes para 1.704 km<sup>2</sup><sup>39</sup>) e a Martinica (aproximadamente 400.000 habitantes para 1.100 km<sup>2</sup><sup>40</sup>) são ilhas densamente povoadas. A Guadalupe é um pequeno arquipélago situado no coração das Antilhas, possuindo, como a Guiana, uma população extremamente jovem. Segundo uma estimativa do INSEE feita em 2009, 30.4% da população tinha menos de 20 anos, 51.8% tinha

---

<sup>38</sup> « Comparaison des prix entre les DOM et la metropole en 2010 », INSEE Premiere n°1304 – Juillet 2010.

<sup>39</sup> Recenseamento de 2006.

<sup>40</sup> Recenseamento de 2007.

entre 20 e 59 anos e 17.8% tinha mais de 60 anos. Porém, a taxa de desemprego é três vezes superior à verificada na metrópole: em 2009 foi de 23.5%, estimando-se o seu aumento de 1.8 pontos percentuais por ano. Assim, apesar de 80% da população ter menos de 59 anos, 60% dos jovens activos estão desempregados e mais de metade dos desempregados da Guadalupe são-no há, pelo menos, três anos.

A economia mais importante é constituída pela agricultura e pelo turismo. Porém, a dependência da metrópole e o não investimento no sector produtivo regional faz com que o déficit comercial se eleve a 1.650 milhões de euros<sup>41</sup>: as importações elevam-se a 1.799 milhões de euros enquanto as exportações se ficam pelos 149 milhões de euros. Assim, tal como na Guiana, também na Guadalupe os preços são superiores aos da França metropolitana (+ 8.3%). Os produtos alimentares (essencialmente provenientes da importação) são os produtos mais caros em relação à metrópole (+ 21.3%), logo seguidos por outros bens e serviços (+ 20.9%) e pela Saúde (+ 15.3%).

Como referimos, o não desenvolvimento do sector produtivo regional agrava esta situação de dependência económica. Deste modo, 84% dos empregos assalariados dizem respeito ao sector terciário. Quanto à produção realizada na ilha, entre o ano 2008 e o ano 2009, apenas a produção de bananas sofreu um aumento de 7.6%, sendo que a produção de açúcar (- 12.4%), de carne bovina (- 5.5%), de carne porcina (- 3.9%), de veículos de turismo (- 1.5%) e de veículos utilitários (- 15.7%) decresceu consideravelmente. Neste quadro económico, o PIB por habitante é 39% inferior ao PIB metropolitano (PIB/habitante Guadalupe (2009, €): 18.170; PIB/habitante França (2009, €): 29.571).

A dependência relativamente à metrópole é evidente e a balança comercial demonstra-no-lo bem. Assim, a França exportou mais de 1.000 milhões de euros de produtos para a colónia antilhesa, seguida pelos Estados Unidos da América (cujas exportações ficaram aquém dos 200 milhões de euros). A França é, igualmente, o principal cliente da ilha, tendo importado, aproximadamente, 70 milhões de euros. Seguem-se a Martinica (menos de 50 milhões de euros) e as ilhas do Norte (pouco mais de 10 milhões de euros).

### **c. A Martinica**

---

<sup>41</sup> Dados de 2009.

Dos três territórios coloniais americano-caraibenses, a Martinica é o menor (a sua superfície é equivalente à do Centro Espacial Guianês). Em termos populacionais, o número de jovens da Martinica com menos de 25 anos é inferior quer ao da Guadalupe quer ao da Guiana: em 2009, 7.3% da população tinha menos de 25 anos, 67.1% tinha entre 25 e 59 anos e 25.7% tinha mais de 60 anos. No entanto, também nesta ilha a taxa de desemprego ultrapassa os 20%: entre os jovens activos com menos de 25 anos, 61.2% estão no desemprego. Como na Guadalupe e na Guiana, a maioria do trabalho assalariado (74.4%) diz respeito ao sector terciário. Nesta situação, em 2009, apenas 5.2% dos trabalhadores assalariados trabalhavam no sector agrícola e pesqueiro. Em termos de rendimentos anuais, 60% das declarações fiscais declaram menos de 13.150 euros por ano (ou seja, o equivalente a um salário mensal inferior a 1.028 euros), enquanto na metrópole apenas 38.5% das declarações fiscais declaram rendimentos inferiores a este valor. Daqueles, 47.9% declaram um rendimento inferior a 9.400 euros<sup>42</sup>.

A importação dos bens de consumo encontra-se, neste contexto, em crescimento (+ 11.4% por ano)<sup>43</sup>. Em 2009, as importações elevaram-se a 2.040 milhões de euros. O principal parceiro económico é a União Europeia (2/3 das importações) - notadamente a França (58.1% do valor das importações da ilha) -, seguindo-se a América do Norte<sup>44</sup> (9.9% das importações). Os outros departamentos franceses da América (DFA) – possessões coloniais - são, por seu lado, os principais destinatários das exportações (61% das exportações da Martinica são para os DFA<sup>45</sup>), seguidos pela França<sup>46</sup> (32%). As exportações atingiram, em 2009, apenas 267,5 milhões de euros<sup>47</sup> (principais produtos exportados: energia, produtos da indústria agro-alimentar, agricultura, pesca e silvicultura). Nos dois primeiros trimestres de 2010, em relação ao mesmo período do ano precedente, a actividade do sector primário beneficia, todavia, de uma evolução favorável da fileira da banana, cujas exportações para a União Europeia se encontram em crescimento (+ 19.6%) - ao invés da produção de carne local, de açúcar e de rum, as quais se encontram em decréscimo, para o mesmo período. Apesar das exportações de banana, o comércio regional – à imagem da Guiana e da Guadalupe – é marginal. Neste contexto, os preços martiniqueses são superiores aos preços

---

<sup>42</sup> Em França, o limite da pobreza tem como referência um rendimento mensal inferior a 948 euros.

<sup>43</sup> Dados de 2009.

<sup>44</sup> Importação de produtos derivados do petróleo e de produtos químicos.

<sup>45</sup> Das exportações para os DFA, 82% são constituídas por combustível e carburantes com destino à Guadalupe e à Guiana., seguidas pelos produtos da indústria agro-alimentar (sobretudo águas minerais e rum).

<sup>46</sup> Destinatários de produtos da agricultura, da pesca e da indústria agro-alimentar.

<sup>47</sup> Em relação ao ano 2008, as exportações diminuíram 28.9%.

metropolitanos (+ 9.7%)<sup>48</sup>. Como na ilha sua vizinha e na Guiana, a maior diferença diz respeito ao preço dos produtos alimentares (+ 29.5%) e aos preços de outros bens e serviços (+ 28.2%).

Ora, o facto de o principal produto de exportação dizer respeito à energia, prende-se com o facto de a única empresa que distribui hidrocarbonetos para a Guadalupe e para a Guiana se situar na Martinica. A Société Anonyme de la Raffinerie des Antilles (SARA) é uma refinaria implantada desde 1969 na Martinica, com o aval e impulso dos poderes públicos. A SARA (50% das acções pertencem ao grupo petrolífero francês TOTAL, 23% ao grupo Shell (Vito), 14.5% ao grupo Esso e 11.5% ao grupo Texaco) é, igualmente, a única sociedade que explora os depósitos de hidrocarbonetos na Martinica, na Guadalupe e na Guiana, exportando petróleo bruto, sobretudo da União Europeia ou da América do Norte, para, depois, reexportar uma parte da sua produção de hidrocarbonetos refinados para as possessões francesas<sup>49</sup>. Por outro lado, apesar de se situarem geograficamente longe do território europeu (e, por conseguinte, dos locais de produção) a Guiana, a Martinica e a Guadalupe obedecem às especificações dos carburantes estabelecidas pelas directivas europeias. Ora, o facto de as três possessões francesas se encontrarem longe da produção petrolífera europeia (o que aumenta consideravelmente os custos) assim como as constantes margens de lucro elevadas da SARA que, sem respeitar o Decreto de 23 de Dezembro de 2003 – o qual estabelece que o preço dos produtos derivados do petróleo são modificados de 40 em 40 dias, de forma a ter em conta as variações do curso do petróleo bruto -, não diminuiu o preço dos carburantes, em 2008, quando o barril de petróleo se encontrava em baixa<sup>50</sup>, provocou os grandes movimentos de massas guiano-antilheses recentes. Foi, assim, posto à luz do dia a opacidade da política de preços da SARA, os custos desmesurados no transporte do petróleo e a sobrevalorização da margem de lucro dos grossistas. No contexto de concentração e acumulação de capital, é, em suma, um monopólio – como a Sociedade Arianaspace, na Guiana – quem lucra com a política imperialista colonial enquanto os sectores produtivos nacionais se encontram subdesenvolvidos<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Na Reunião os preços são, em média, 6.2% superiores aos preços metropolitanos.

<sup>49</sup> O sistema de administração de preços depende dos Prefeitos regionais, os quais, por seu lado, são nomeados directamente pelo Presidente da República.

<sup>50</sup> Apesar de a SARA, entre 2004 e 2008, ter tido um benefício de 9.2%, a sociedade considera este benefício insuficiente.

<sup>51</sup> À economia da energia, segue-se, em importância, a economia agrícola (banana, cana-de-açúcar, rum) e o turismo.

## **Objectivos da política colonial escravagista e imperialista: o subdesenvolvimento das forças produtivas e a dependência colonial**

A sociedade escravagista guiano-antilhesa desenvolveu a acumulação capitalista: a apropriação privada dos meios materiais de produção e das matérias-primas era realizada por uma burguesia que detinha as plantações, sobretudo, de cana-do-açúcar. Este desenvolvimento capitalista aplicou-se, designadamente, à Guadalupe e à Martinica (no século XIX a Guiana torna-se, sobretudo, uma vasta empresa estatal presidiária). Uma vez posta em prática a acumulação capitalista, o aparelho produtivo é reestruturado sob a direcção do capital bancário. As condições de instalação técnicas sobre as quais a Martinica e a Guadalupe se vão desenvolver acentuam, deste modo, a concentração, nas mãos de uma minoria, da propriedade de activos – imobiliários e mobiliários – do capital. Esta transformação far-se-á, sobretudo, após a abolição da escravatura, em 1848, quando o trabalho escravo é substituído pelo trabalho assalariado<sup>52</sup>. As economias antilhesas adaptam-se, então, à concorrência inter-capitalista. Neste contexto, o Estado não só facilita como também oferece a sua garantia para a instalação nas colónias de um sistema bancário adequado. Em 1851 surgem os bancos da Martinica e da Guadalupe, os quais associam a burguesia terratenente ao capital bancário: o último estágio do capitalismo implanta-se nas colónias. As crises verificadas entre 1884-1904 aceleram, por seu lado, a industrialização das fábricas de transformação da cana-de-açúcar, relegando para um plano secundário as antigas plantações de açúcar escravagistas. A substituição de técnicas de tratamento da cana marca, desta forma, a transição de um sistema de produção baseado no trabalho escravo para um sistema de produção agro-industrial massivo, pelo que passamos de um sistema de produção pré-capitalista para um sistema de produção capitalista<sup>53</sup>. A nova fábrica corresponde, neste

---

<sup>52</sup> A luta de classes, os interesses da burguesia (que, na segunda metade do século XIX, em consequência da Revolução Industrial em curso na Europa, necessitava de uma mão-de-obra operária crescente na nova sociedade, pelo que o escravo teria de desaparecer enquanto tal para se tornar num trabalhador assalariado) e filosofias abolicionistas fizeram com que, em 1848, a escravatura fosse abolida nas colónias francesas. Na Martinica, na Guadalupe e na Guiana, o escravo negro passa, então, a ocupar um novo lugar social na sociedade pós-escravatura, tornando-se num operário (sobretudo, agrícola) cuja força de trabalho é vendida em troca de um salário. O capital e a propriedade continuavam, contudo, nas mãos da burguesia colonial, os *békés* (no caso da Martinica e da Guadalupe) – descendentes dos proprietários dos escravos.

<sup>53</sup> Uma diferença, porém, se estabelece entre a Martinica e a Guadalupe. Enquanto na Martinica as extensões agrárias não iam para além dos 1.000 hectares, na Guadalupe atingiam superfícies de milhares de hectares. Tal explica-se pelo facto de sociedades anónimas metropolitanas e familiares *békés* martiniquesas terem logrado concentrar a grande maioria das terras cultiváveis de cana-do-açúcar (capital francês e martiniquês), enquanto na Martinica a propriedade rural manteve-se no quadro espacial da “habitação” tradicional (capital local). Na Martinica, a oligarquia local logrou, deste modo, adaptar-se às mudanças: as fábricas não se substituíram às plantações tradicionais, uma vez que ambas se uniram.

quadro, a uma melhoria da produtividade, a partir das condições de valorização do capital. Esta reestruturação capitalista, fortemente impulsionada pelo capital bancário, acentua a propriedade dos principais meios de produção por uma minoria oligárquica. Paralelamente, as diferentes componentes desta oligarquia tendem a unir-se na defesa dos seus interesses, nomeadamente através da imbricação dos seus capitais. A modernização do sector açucareiro, através da criação de fábricas que centralizam a produção, ofereceram, em suma, aos detentores de capital a oportunidade de controlar decisivamente o aparelho produtivo da Martinica e da Guadalupe (e, numa escala menor, da Guiana).

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de internacionalização do capital destrói os impérios coloniais, impondo através das multinacionais uma divisão do trabalho entre países dominadores/opressores e países dominados/oprimidos. Para a Guadalupe e para a Martinica (assim como para a Guiana) este processo de internacionalização do capital obriga estes territórios a integrarem-se na economia mundial capitalista, abandonando gradualmente procedimentos proteccionistas e obrigando-os a uma subordinação crescente à concorrência internacional. Assim, desde 1946 (ano, igualmente, da mudança de estatuto jurídico no quadro legal francês), a evolução da Guiana, da Martinica e da Guadalupe traduz-se, fundamentalmente, pela regressão exponencial da parte no PIB dos produtos de exportação tradicionais. Ora, o facto de, a partir dessa data, as Antilhas e a Guiana serem institucionalmente assimiladas à metrópole, faz com que as colónias sofram o impacto da integração crescente daquela no capitalismo mundial. Reactivam-se, deste modo, a partir de então, antigos mecanismos imperiais, como as quotas de produção, as quais o governo poderá alterar em função da conjuntura.

O Tratado de Roma de 1957 inaugura, no entanto, uma nova fase para a economia colonial, no quadro da Comunidade Económica Europeia (CEE). Institui-se, por conseguinte, o levantamento progressivo dos obstáculos tarifários à livre circulação de capitais e de mercadorias. Os princípios comunitários da livre concorrência obrigam a uma redefinição das relações comerciais entre as colónias e a metrópole, a qual se vê obrigada a romper o proteccionismo imperial, pondo em causa as relações comerciais privilegiadas de que gozavam aquelas. As economias coloniais vão sendo, neste contexto, progressivamente desarticuladas e afectadas pela concorrência inter-imperialista, agravando a dependência que, desde 1946, se fazia sentir no seu seio. Inicia-se, então, um processo de concentração e de retirada de capitais das principais indústrias coloniais, o que teve como consequência sucessivas vagas de encerramento de fábricas e de despedimentos colectivos em massa. A

União Europeia e a aplicação das regras da livre concorrência aprofundou, neste contexto, a já difícil situação guiano-antilhesa, provocando uma dependência crescente do exterior, sobretudo em relação à metrópole, com quem aquelas mantêm as principais relações comerciais. Neste contexto, a França é, actualmente, o primeiro cliente assim como o primeiro fornecedor dos três territórios (60% a 65% do comércio realiza-se com a França). A balança comercial dos três territórios é deficitária - as exportações efectuam-se, na sua grande maioria, ou para a metrópole ou para um dos outros territórios sob o domínio francês - e o comércio regional é marginal. Não se aposta nem na criação de emprego nem no desenvolvimento agrícola e industrial regional. Enquanto uma parte considerável da população se encontra numa situação de desemprego, a França e a União Europeia espoliam a Guiana e as Antilhas dos seus recursos naturais, mantendo a posição dominante dos monopólios e concentrando o poder económico. Destes, salienta-se, na Guiana, a sociedade Arianaespace, e, na Martinica, a SARA. No sentido de desenvolver a acumulação de capital por uma minoria, são, igualmente, postos à disposição da Guiana e das Antilhas dispositivos jurídicos de defiscalização e de exonerações.

Num contexto económico em que o país colonial não desenvolve políticas de desenvolvimento sustentável nos territórios ultramarinos, não deixando outra alternativa à colónia que não seja a importação de produtos vindos, sobretudo, da metrópole, a taxa de desemprego atinge valores bastante superiores quer aos valores franceses quer aos valores europeus: enquanto, em 2009, a taxa de desemprego nacional foi de 8.9%, nos DOM este valor ascendeu a 24.5%. Neste contexto, o número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMI) é extremamente elevado, pelo que, aproximadamente, 15% da população das Antilhas e da Guiana (20% na Reunião) recebem o RMI (este número decresce, na metrópole, para aproximadamente 3%)<sup>54</sup>.

### **A luta de classes nas Antilhas e na Guiana: similitudes e diferenças**

Quando, em 1946, a França procede ao assimilacionismo jurídico e, consequentemente, social, das suas *quatro velhas colónias*, a luta de classes agudiza-se. O proletariado das colónias exige, então, a aplicação aos DOM dos mesmos direitos de que

---

<sup>54</sup> Cf. <http://www.senat.fr>

beneficiavam os metropolitanos<sup>55</sup>. É, assim, sob a pressão dos trabalhadores que o regime de Segurança Social se estende às colónias (1948), que é instaurado um salário mínimo (inicialmente inferior ao metropolitano) e que o acréscimo salarial (de 40% na Guadalupe, na Martinica e na Guiana, e de 53%, na Reunião) atribuído a todos os trabalhadores e funcionários do sector público que vivessem na metrópole e que se instalassem nos DOM (lei de 3 de Abril de 1950) é estendido aos funcionários públicos autóctones (em 1953). Apesar deste acréscimo introduzir uma grande disparidade nos tratamentos salariais do sector público e do sector privado, o desenvolvimento da luta de classes obrigou o sector privado quer a alinhar os seus salários pelos salários da função pública local e pelos salários metropolitanos quer a ter em conta o Salário Mínimo nacional.

Mais recentemente, entre Janeiro e Março de 2009, uma nova luta de massas atingiu a Guiana<sup>56</sup>, a Martinica<sup>57</sup>, a Reunião e a Guadalupe, cuja origem remonta a Dezembro de 2008, nesta última, quando um tímido movimento se inicia contra os elevados preços praticados pela SARA. O movimento da Guadalupe, liderado pelo colectivo LKP (que reagrupa organizações sindicais, culturais e políticas), foi ganhando uma importância social crescente, conseguindo, após uma greve de 45 dias, que um acordo fosse assinado entre os sindicatos, o patronato da ilha, o Estado e as colectividades locais, estabelecendo um aumento salarial de 200 euros para os salários mais baixos, a baixa dos preços para os produtos de primeira necessidade, a interdição de aumentos das rendas durante um ano, baixas nos sectores da telefonia e da internet, créditos para a constituição de um “Centro de Estudos Operários”, diminuição dos impostos locais, entre outros. Os 165 pontos que constavam no acordo de Março de 2009 não foram, no entanto, respeitados. Neste contexto, a luta prossegue na Guadalupe, desta vez pelo respeito daqueles. Sofrendo dos mesmo problemas estruturais que a Guadalupe, também na Martinica a luta de classes se agudiza. Porém, na Guiana, apesar de, no início de 2009, um movimento de massas ter surgido na esteira da luta que se desenvolvia nas duas outras colónias, a luta social não atingiu a profundidade da Guadalupe ou da Martinica.

Tal facto pode entender-se melhor se atentarmos na estratificação social própria da Guiana, inexistente em qualquer outro dos departamentos ultramarinos franceses. Com efeito, três populações principais compartilham o espaço territorial guianês: os ameríndios

---

<sup>55</sup> A obrigatoriedade da escolarização vai, igualmente, proceder a uma alteração social, uma vez que permite o acesso à escola de crianças que antes trabalhavam na produção agrícola.

<sup>56</sup> O movimento foi liderado, sobretudo, pela UTG (União dos Trabalhadores da Guiana).

<sup>57</sup> O movimento foi liderado pela K5F.



(populações autóctones), os crioulos e os bushinengue. Os ameríndios ora foram assimilados cultural e geograficamente nas principais vilas e cidades ora se encontram confinados a reservas na Floresta, cujo acesso é proibido sem a devida autorização dos chefes locais. A comunicação com estas populações é, deste modo, difícil. Os bushinengue concentram-se, na sua maioria, no noroeste do país, sendo os descendentes directos dos escravos livres ou dos escravos que conseguiram fugir das plantações guianesas e surinamesas. Em consequência desta fuga, os bushinengue instalaram-se na Floresta, ao longo do Rio Maroni. As suas línguas maternas são de origem africana – raros são os casos em que a língua francesa é a língua materna. Os crioulos, por seu lado, são uma população difícil de catalogar. Socialmente, compreende-se por esta noção o conjunto da população que vive, sobretudo, no litoral guianês e que resulta, na maioria das vezes, de mestiçagens que se foram efectuando ao longo da colonização. A sua cultura própria – resultado de uma simbiose entre culturas africanas diversas e a cultura francesa – difere, porém, quer da cultura ameríndia quer da cultura bushinengue, falando um crioulo local igualmente distinto quer das línguas ameríndias quer das línguas bushinengue. A estas populações é necessário, no entanto, acrescer a população brasileira (resultado de uma emigração económica originária, sobretudo, das regiões do Macapá e do Pará, no Brasil), que se encontra em constante crescimento, a população hmong (população asiática, no caso guianês, de origem laociana, que se instalou na Guiana nos anos 1970, mercê do apoio e impulsão dos poderes públicos franceses<sup>58</sup>) e os chineses (que controlam a maioria do comércio guianês). Todas estas populações – com as suas línguas e culturas próprias - encontram-se repartidas pelo território guianês e evoluem cultural e linguisticamente de forma autónoma. O sistema colonial conseguiu, deste modo, “dividir para reinar”. A estas populações temos, ainda, de acrescentar os metropolitanos, franceses que se instalaram na Guiana e que na sua grande maioria trabalham para a função pública (mormente no Ensino).

Assim, apesar de, objectivamente, estarem reunidas as condições para o aprofundamento e agudização da luta social na Guiana, a dispersão étnica dificulta a conjugação de esforços para uma luta comum. Porém, sendo as condições de exploração idênticas às condições de exploração na Guadalupe ou na Martinica, pensamos que, em prazo mais ou menos longo, as forças progressistas da sociedade guianesa (independentemente da sua origem linguística ou étnica) assumirão a luta por uma maior autonomia ou independência da metrópole que as domina. A Guiana poderá, então, juntar a sua às vozes cada vez mais

---

<sup>58</sup> Durante as duas guerras da Indochina, as populações hmong apoiaram militarmente, primeiro, o colono francês e, depois, o colono americano.

fortes vindas das Antilhas por uma melhoria das condições de vida e de trabalho, por um efectivo desenvolvimento agrícola e industrial que tenha em conta as especificidades destes territórios, pelo fim da dependência económica crescente (da França e da União Europeia) que asfixia as economias locais, por uma política que permita aos povos que vivem nestes territórios serem os sujeitos da sua própria História, contra o colonialismo que os oprime. A Natureza exploradora deste colonialismo faz juz à seguinte frase de Marx: «a hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa se difunde sem véus diante de nossos olhos, passando da sua fornalha natal, onde ela assume formas respeitáveis, às colônias onde ela assume suas formas sem véus»<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> K. Marx, «Os Resultados eventuais da dominação britânica na Índia» [1853]. Consultado em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm>